GRUPO DE ACÇÃO INTERGOVERNAMENTAL CONTRA O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS NA ÁFRICA OCIDENTAL (GIABA)

COMUNICADO DE IMPRENSA

GIABA Secretariat, Dakar, Senegal – November 8, 2024 - Email: secretariat@giaba.org – Website: www.giaba.org

RESULTADO DO WORKSHOP REGIONAL DE VALIDAÇÃO SOBRE O ESTUDO DOS RISCOS DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO ASSOCIADOS AO USO INDEVIDO DE PESSOAS COLETIVAS E ARRANJOS JURÍDICOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

O workshop regional de validação sobre os riscos de branqueamento de capitais (BC) e financiamento do terrorismo (FT) associados ao uso indevido de pessoas coletivas e arranjos jurídicos, realizado de 5 a 7 de novembro de 2024, em Saly, Senegal, concluiu com a apresentação de recomendações essenciais por parte dos participantes. Entre elas, destacam-se o fortalecimento dos quadros legislativos e regulamentares, a melhoria dos registos de beneficiários efetivos (BE), a intensificação da coordenação e comunicação, a implementação de supervisão baseada em risco, o reforço dos mecanismos de verificação e controlo, a abordagem de lacunas legais e estruturais, e a promoção da conscientização e envolvimento do público.

Ao longo do workshop, os participantes participaram em apresentações, discussões e partilha de conhecimentos que proporcionaram uma avaliação abrangente do panorama atual de conformidade com as normas de BC/FT. As sessões destacaram os riscos e vulnerabilidades apresentados pelas entidades jurídicas e recorreram a boas práticas de outras jurisdições. Foram examinados os desafios relacionados à criação de quadros eficazes de BO, estratégias para melhorar a coordenação e cooperação, e áreas que necessitam de maior capacitação. As contribuições de especialistas enriqueceram as discussões, trazendo à tona desafios comuns e experiências únicas entre os estados membros.

Este evento significativo reuniu altos funcionários e especialistas dos estados membros envolvidos no registo e regulação de entidades jurídicas, bem como investigadores e procuradores que lidam com crimes de BC/FT relacionados a pessoas coletivas e arranjos jurídicos. De acordo com o Sr. Muazu Umaru, Diretor de Política e Pesquisa da GIABA, que representou o Diretor Geral, o workshop atendeu à necessidade crítica de maior transparência em relação aos BE, um elemento fundamental na defesa contra o uso indevido de entidades jurídicas. O workshop validou as principais conclusões, facilitou a partilha de conhecimentos e

refinou as recomendações para a criação de uma abordagem regional para a transparência da titularidade real.

O Sr. Umaru sublinhou que informações acessíveis e confiáveis sobre os BE são vitais para apoiar os esforços de BC/FT e que é necessário tomar medidas decisivas para implementar as recomendações deste workshop. Ele destacou que o principal resultado das discussões foi o compromisso de abordar as lacunas na transparência dos BE para salvaguardar a integridade dos sistemas financeiros. *"Estamos determinados a traduzir estas recomendações em ações concretas. Isso inclui o fortalecimento dos nossos quadros legislativos e regulamentares, a melhoria da precisão e eficiência dos registos de BE, a promoção da coordenação interinstitucional e o fomento da cooperação internacional. Devemos também priorizar iniciativas de formação e capacitação para dotar as nossas instituições e partes interessadas das ferramentas necessárias para detetar, prevenir e gerir eficazmente os riscos de BC/FT,"* afirmou o Sr. Umaru.

Olhando para o futuro, a GIABA apresentará o relatório regional atualizado na sessão plenária de novembro de 2024 em Freetown para ação posterior. Além disso, a GIABA envolverá os estados membros após a finalização e publicação do relatório. Serão realizados workshops de capacitação específicos para atender às necessidades dos estados membros. Os países são incentivados a completar as suas avaliações de risco setoriais e a adotar as melhores práticas para garantir a conformidade.

O workshop em Saly teve como objetivo revisar e validar as conclusões da pesquisa, recolher feedback de especialistas para aprimorar a precisão e relevância do estudo, identificar implicações práticas e desenvolver recomendações para formuladores de políticas, reguladores e agências de aplicação da lei. Também procurou promover a colaboração e partilha de conhecimentos para combater o uso indevido de pessoas coletivas e arranjos jurídicos para fins de BC/FT, bem como delinear os próximos passos para finalizar o relatório de pesquisa e criar um plano de ação para a sua implementação.